

Alerta Legislação nº 16, de 17 a 22 abr. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
20/04/2017	<u>DECRETO Nº 9.033, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2321 (2016), de 30 de novembro de 2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reforça o regime de sanções aplicáveis à República Popular Democrática da Coreia.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal (SF)	<u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2017</u> Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados a financiar parcialmente o "Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) - 2ª Fase/2ª Etapa".
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) ↳ Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário ↳↳ Secretaria de Agricultura Familiar <u>PORTARIA Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, suspensão, cancelamento e exercício do controle social da DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016</u> Estabelece as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural, cria o Comitê Técnico para o Desenvolvimento da Indústria do Gás Natural no Brasil, com o objetivo de propor medidas que garantam a transição gradual e segura para a manutenção do adequado funcionamento do setor de gás natural e de avaliar a possibilidade de aceleração da transição, e dá outras providências. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA

	AGRÁRIA (INCRA) <u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 28 DE MARÇO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar a proposta de desapropriação do imóvel rural denominado "Fazenda Laginha", situado no município de Gararu, Estado de Sergipe, com área registrada de 333,6575ha e área medida pelo INCRA de 198,8679ha, objeto da Transcrição nº 4.011 (parte), fls. 277/278, Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Gararu, objeto do processo administrativo nº 54370.001748/2010-21, com ajuste da capacidade preliminar de assentamento de 9 (nove) famílias, a ser revisada quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA. (...)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 840, DE 11 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Publicar os preços mínimos de café, válidos para a safra 2017/2018, relacionados nos Anexo I desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio dos Votos 18/2017 - CMN, de 31 de março de 2017. (...) <u>PORTARIA Nº 826, DE 7 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Publicar os preços mínimos para trigo, semente e laranja, válidos para a safra 2017/2018, relacionados no Anexo I desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio dos Votos 17 e 19/2017 - CMN, de 31 de março de 2017. (...) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 800, DE 4 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, por meio de leilões públicos a serem conduzidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e por intermédio dos seguintes instrumentos de apoio à comercialização, para o milho em grãos das safras 2016/17 e 2017: (...)
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 564, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Portaria MEC nº 482, de 7 de junho de 2013, que dispõe sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e dá outras providências. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 86, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a tramitação de recursos das decisões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior CTC-ES, nos termos do <u>Decreto 8.977 de 30 de janeiro de 2017</u>.

	<u>PORTARIA Nº 82, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o Regulamento do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor. (...)
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.815, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Divulga instruções para o registro de operações de crédito contratadas ao amparo do art. 9º-AB da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip). <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.814, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> Esclarece acerca do registro contábil decorrente de contratos de prestação de serviços firmados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para pagamentos de benefícios. → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.831, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos operacionais no âmbito do Banco Central do Brasil relacionados ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), de que tratam a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, e a Lei nº 13.428, de 30 de março de 2017, e altera anexo da Circular nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 761, DE 12 DE ABRIL DE 2017</u> Aprovar e divulgar o cronograma de implantação do eSocial e o Leiaute eSocial versão 2.2.01 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.707, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 28 de junho de 2012, que instituiu a obrigação de prestar informações relativas às transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas ou dos entes despersonalizados. <u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 4, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre o tratamento tributário a ser dispensado aos rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos por fonte situada no Brasil a pessoas jurídicas residentes no exterior pela exploração de serviços de transporte internacional com base em acordo ou convenção para evitar a dupla tributação da renda celebrado pelo Brasil. <u>ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 3, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a dedutibilidade das despesas com alimentação e plano

	de saúde fornecidos indistintamente pelo empregador a todos os seus empregados. <u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre os códigos de enquadramento de operações de exportação, informados no Registro de Exportação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), que geram direito ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.706, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. <u>PORTARIA Nº 1.921, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Cria o Centro de Classificação Fiscal de Mercadorias (Ceclam) no âmbito da Coordenação - Geral de Tributação e dispõe sobre o seu funcionamento. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.705, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 8 de maio de 2014, que dispõe sobre o processo de consulta sobre classificação fiscal de mercadorias, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos para avaliação de aditivos aromatizantes provenientes de espécies botânicas regionais, segundo a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 2, de 15 de janeiro de 2007, que aprova o regulamento técnico sobre aditivos aromatizantes. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 150, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre o enriquecimento das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico. → Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.028, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento LIPO 6 BLACK e LIPO 6 BLACK ULTRA CONCENTRATE, fabricados por NUTREX (CNPJ: desconhecido) divulgados por meio dos sites http://www.minhaforma.com.br, http://www.suplementosvip.com e http://www.importefit.com e por qualquer outro tipo de mídia. (...) → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 1.051, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição,

divulgação, comercialização e uso de TODOS os produtos SANEANTES que sejam fabricados pela empresa Chemicall Max Produtos Químicos de Limpeza Ltda. (CNPJ: 22.126.098/0001-60), sem Autorização de Funcionamento na ANVISA, localizada na Rua Bernardo Monteiro ,1001, Loja 01 - Centro, Contagem - MG.
(...)

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.050, DE 19 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SELAGEM THERENA, fabricado por empresa desconhecida sem Autorização de Funcionamento na ANVISA, em cuja embalagem consta o CNPJ nº 17.044.821/0001-55 e a Autorização de Funcionamento nº 2.088.88.3, ambos inexistentes.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.049, DE 19 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação e comercialização pela empresa DISTRIFILM COMERCIAL LTDA, CNPJ: 60.370.947/0001-16, no site <http://www.distrifilm.com.br/solucoespara-area-medica/>. e localizada na Rua Aimberê n.º 626, SUBSL 1, Perdizes, São Paulo-SP, dos diversos equipamentos de tecnologia de Informática (TI) para área médica, e impressoras para impressões de diagnósticos por imagens, por não possuir Autorização de Funcionamento - AFE emitida por essa Agência.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.048, DE 19 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização pela empresa S.V.C LASER COMERCIAL LTDA, CNPJ: 73.091.936/0001-49 no site <http://www.impressaodicom.com.br> , e localizada na Rua Jacira n.º 321, Jardim Macedo, Ribeirão Preto- SP, de impressora para impressões de diagnósticos médicos por imagens, por não possuir Autorização de Funcionamento - AFE emitida por essa Agência.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.047, DE 19 DE ABRIL DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização pela empresa OKI DATA DO BRASIL INFORMATICA LTDA., CNPJ: 01.619.318/0001-18, no site <http://mps.okidata.com.br/smartmds/impressaodeexames/>, e localizada na Av Alfredo Egidio de Souza Aranha n.º 100, BLOCO C CONJ 5-C, Vila Cruzeiro, São Paulo- SP, dos diversos equipamentos de tecnologia de Informática (TI) para área médica, e impressoras para impressões de diagnósticos por imagens, por não possuir Autorização de Funcionamento - AFE e cadastro da Impressora colorida OKI para impressão de imagens médicas, emitida por essa Agência.

(...)

	<u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.029, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os produtos listado no anexo, fabricado pela empresa Rainha Laboratório Nutracêutico Ltda, CNPJ 02.400.660/0001-95, situada na Estrada Municipal Teodor Condiev, 1005 Jardim Marchissolo, Sumaré/SP, CEP 13171-120. (...) CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <u>RESOLUÇÃO Nº 541, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Para o estabelecimento de prioridades para as ações e serviços públicos de saúde que integrarão a Programação Anual de Saúde e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2018, o Ministério da Saúde deverá observar as seguintes diretrizes: (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 774, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Define normas para o cadastramento dos Núcleos de Segurança do Paciente no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 325, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Adequar, no âmbito do Ministério das Cidades, o PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS CIDADES, instituído pela Portaria 118/2007. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 13 DE ABRIL DE 2017</u> Dá nova redação ao art. 1º da Instrução Normativa nº 33, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2017. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 663, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, que estabelece requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga (CVC). <u>RESOLUÇÃO Nº 662, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Altera o item 3 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 211, de 13 de novembro de 2006, com redação dada pela Resolução 2016, que estabelece os requisitos necessários para circulação de Combinações de Veículos de Carga - CVC.
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 147, DE 18 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, minuta de Resolução do

	Conselho Nacional de Política Energética - CNPE versando sobre a "Política Brasileira de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural", resultante das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CNPE nº 6, de 2 de agosto de 2016, contendo diretrizes e orientações para o aproveitamento racional dos recursos petrolíferos nacionais, cujos documentos e informações pertinentes podem ser obtidos no Portal de Consultas Públicas do sítio do Ministério de Minas Energia - www.mme.gov.br. (...) AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>PORTARIA Nº 181, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar o Mapa Estratégico da ANP contendo: Visão, Missão, Valores e Objetivos Estratégicos, na forma apresentada no Anexo I desta Portaria. (...)
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Aprova os critérios de partilha e elegibilidade para a expansão do cofinanciamento federal do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Aprova o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Programa Acessuas Trabalho para os municípios com saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO (GM) INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) → Diretoria de Administração e Finanças
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 18 DE ABRIL DE 2017</u> Estabelece procedimentos para cessão de áreas públicas da União, com vistas à implantação de instalações portuárias.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
18/04/2017	<u>DECRETO Nº 62.545, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> Altera dispositivos do Decreto nº 58.239, de 20 de julho de 2012, que disciplina a execução dos Plantões e dos Plantões em Estado de Disponibilidade de que tratam os artigos 1º a 9º da Lei Complementar nº 1.176, de 30 de maio de 2012, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.544, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, relativo ao exercício de 2016 <u>DECRETO Nº 62.543, DE 17 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, instituída pela Lei Complementar nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, relativo ao exercício de 2016
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS 1673, DE 17-04-2017</u> Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo Vestibular, do 2º Semestre de 2017, para ingresso nos cursos de graduação (presencial e a distância), das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e dispõe sobre assuntos correlatos
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 22, DE 18-4-2017</u> Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 39, DE 17-04-2017</u> Estabelece normas relativas à Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar 1059, de 18-09-2008 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G 00005, DE 19-04-2017</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de março de 2017. <u>PORTARIA CAF-G 00013, DE 17-04-2017</u>

	(...) Artigo 1º - Fica alterada a discriminação da Receita até o nível de subalínea, constante do Anexo I da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-CPA 01, de 11-01-2017 que estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2017, na seguinte conformidade: (...)
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA – 27, DE 18-4-2017</u> Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços dos parques urbanos, administrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para implantação de lixeiras sustentáveis associadas à exploração de publicidade
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>PORTARIA SUBG-CONS - 2, DE 13-4-2017</u> Dispõe sobre a manifestação dos Procuradores do Estado das Consultorias Jurídicas em processos disciplinares punitivos relatados pela Procuradoria de Procedimentos Disciplinares em processos disciplinares
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 26, DE 17-4-2017</u> Institui o Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - Sivisa no Estado de São Paulo e trata das atribuições comuns das esferas de poder estadual e municipal na organização e coordenação do sistema e dá providências correlatas.
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-7.335, DE 18-4-2017</u> Altera a Resolução 5.872, de 27-9-2010, que dispõe sobre a contratação de docente por prazo determinado na Universidade de São Paulo
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
20/04/2017	<u>PROJETO DE LEI Nº 221, DE 2017</u> Dispõe sobre a isenção de pagamento da taxa de Zona Azul para idosos e deficientes físicos no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 20/04/2017, p. 11

19/04/2017	<u>PROJETO DE LEI Nº 215, DE 2017</u> Institui o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das diretrizes contidas na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. DOE, Legislativo, 19/04/2017, p. 12
18/04/2017	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 2017</u> Altera o artigo 10 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. DOE, Legislativo, 18/04/2017, p. 12 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 212, DE 2017</u> Altera a Lei nº 4.095, de 12 de junho de 1.984, ampliando a área de proteção ambiental - APA, da região de Jundiá. DOE, Legislativo, 18/04/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 211, DE 2017</u> Dispõe sobre a criação do Plano de Ação de Emergências contra os efeitos da ressaca no litoral do Estado. DOE, Legislativo, 18/04/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 210, DE 2017</u> Torna dispensável a exigência, pelo Poder Público Estadual de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências. DOE, Legislativo, 18/04/2017, p. 12
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
20/04/2017	<u>DECRETO Nº 57.670, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Cria e denomina o Parque Municipal Nascentes do Ribeirão Colônia. <u>DECRETO Nº 57.667, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Dispõe sobre a celebração de termos de cooperação com a iniciativa privada de que trata o artigo 50 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que tenham por objeto o restauro e a conservação de bens de valor cultural; confere nova normatização ao Programa Adote uma Obra Artística e revoga o Decreto nº 34.511, de 8 de setembro de 1994. <u>DECRETO Nº 57.666, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 54.734, de 30 de dezembro de 2013, que regulamenta a Lei nº 15.777, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados. <u>DECRETO Nº 57.665, DE 19 DE ABRIL DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 57.443, de 10 de novembro de 2016, relativamente à fiscalização e à aplicação de penalidades em

	caso de desrespeito aos parâmetros de incomodidade, previstas no artigo 148 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016 .
19/04/2017	SUPLEMENTO LEI ORÇAMENTÁRIA 2017 ANEXO DA LEI Nº 16.608 DE 29 DEZEMBRO DE 2016

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107